

N.F. Nº - 206906.0007/21-2
NOTIFICADO - J.R. COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA
NOTIFICANTE - LUIZ CARLOS GARCIA MONTEIRO DA COSTA
ORIGEM - POSTO FISCAL FRANCISCO HEREDA
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 11.10.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0369-06/21NF-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS, PARA FINS DE COMERCIALIZAÇÃO, EFETIVADA POR CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. Documentos acostados nos autos pelo Notificado comprovam a existência de recolhimento parcial, extemporâneo e desprovido da condição de espontaneidade prevista no § único do art. 138 do CTN. Cabível a exigência imposta. Recomendação para que sejam homologados os valores já quitados. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 28/05/2021, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$1.410,61, mais multa de 60%, equivalente a R\$846,37, perfazendo um total de R\$2.256,98, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 54.05.08: Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 13/22) inicialmente reproduzindo o conteúdo da Notificação lavrada. Prossegue alegando que tomou ciência do presente lançamento em 30/06/2021, mediante mensagem postada no seu Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, contudo efetuou o recolhimento referente à exigência em 18/06/2021, conforme planilha anexa.

Finaliza a peça defensiva, requerendo que a presente Notificação seja julgada parcialmente procedente e apropriado o crédito recolhido.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige ICMS do Notificado no valor histórico de R\$1.410,61, mais multa de 60%, equivalente a R\$846,37, perfazendo um total de R\$2.256,98, e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata de contribuinte descredenciado, adquirindo mercadorias oriundas de Pernambuco, sem recolhimento do ICMS devido pelo regime da Antecipação Tributária Parcial. As mercadorias descritas nos DANFES nº 126.738 e 126.739, ambos emitidos em 26/05/2021, são copos térmicos descartáveis e tampas descartáveis, adquiridos em quantidades que caracterizam o fito da comercialização (fls. 03 e 04). Ressalto, ainda, que a Notificação foi lavrada por Auditor Fiscal em 28/05/2021.

Cumpra destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Impugnante alega que tomou ciência do presente lançamento em 30/06/2021, mediante mensagem postada no seu Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, contudo efetuou o recolhimento referente à exigência em 18/06/2021, conforme planilha anexa.

Finaliza a peça defensiva, requerendo que a presente Notificação seja julgada parcialmente procedente e apropriado o crédito recolhido.

Inicialmente, cabe registrar que, em consulta realizada no Sistema de Informações do Contribuinte – INC, restou constatado que o Impugnante é uma microempresa optante pelo Regime do Simples Nacional.

Nas planilhas de fls. 15 e 16, anexadas pelo Notificado na sua defesa, verifico que o mesmo efetuou os cálculos do ICMS devido pelo Regime da Antecipação Tributária Parcial, referentes ao mês de Maio/2021, considerando a redução do valor do imposto apurado, equivalente a 20%, prevista no art. 274 do RICMS-BA/2012, a seguir transcrito.

(...)

Art. 274. No caso de antecipação parcial decorrente de aquisições efetuadas por contribuintes enquadrados na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, independentemente da receita bruta, fica concedida uma redução de 20% (vinte por cento) do valor do imposto apurado, na hipótese de o contribuinte recolher no prazo regulamentar, não cumulativa com a redução prevista no art. 273.

(...)

Assim como, realizou o respectivo recolhimento em 18/06/2021, sem recolhimento de multa e acréscimos legais, conforme cópia de documento de arrecadação e comprovante de quitação (fls. 17 e 18). Note-se que no DAE supracitado, “Campo 25 – Informações Complementares”, estão descritos diversos números de Notas Fiscais, inclusive as que foram objeto da presente exigência.

Registre-se que, conforme dito anteriormente, a Notificação foi lavrada em 28/05/2021, ou seja, data anterior ao pagamento efetuado pelo Contribuinte em 18/06/2021. Pelo que, entendo inexistir a condição de espontaneidade quanto ao recolhimento realizado, em consonância ao disposto no parágrafo único do art. 138 do Código Tributário Nacional, transcrito abaixo, sendo cabível a exigência de multa e acréscimos legais.

(...)

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração. (grifo nosso)

(...)"

Comprovada, portanto, a falta de espontaneidade do recolhimento.

Ademais, compulsando os demais documentos constantes nos autos constato que, à época da ação fiscal, o Impugnante encontrava-se na condição de DESCRENCIADO perante a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, por ter débitos inscritos na Dívida Ativa (fl. 06), o que implica dizer que o recolhimento deveria ter sido realizado quando da emissão do MDF-e vinculado aos documentos fiscais, objeto da autuação, consoante determina o art. 332, §2º, inciso II do RICMS-BA/2012, a seguir transcrito.

(...)

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

(...)

§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" e o item 2 da alínea "g" do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:

I - possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa; (grifo nosso)

III - esteja adimplente com o recolhimento do ICMS;

IV - esteja em dia com as obrigações acessórias e atenda regularmente as intimações fiscais.

(...)"

Conforme dito anteriormente, o recolhimento do ICMS sujeito ao regime da Antecipação Parcial, referente ao mês de Maio/2021 ocorreu em 18/06/2021, quando deveria ter sido realizado na data da emissão do MDF-e (26/05/2021).

Comprovada, assim, a extemporaneidade do recolhimento.

Importante destacar que na fl. 19 constam mensagens trocadas, em 13/07/2021, entre o escritório contábil do Impugnante e a Coordenação de Atendimento da IFMT Norte, que tratam do valor ainda devido, após o recolhimento efetivado em 18/06/2021, para que fosse emitido DAE complementar. Nesses e-mails, o setor contábil informa os valores das diferenças de ICMS a recolher, equivalentes a **R\$156,16**, referente à NF nº 126.738 e **R\$125,97**, concernente à NF nº 126.739. Este fato ratifica que a empresa reconhece que não era beneficiária, no momento da ação fiscal, da redução de 20% do valor do imposto, prevista no art. 274 do RICMS-BA/2012, bem como a existência, ainda, de valor a recolher.

Na tabela abaixo está descrito o valor do imposto ainda não quitado pelo Contribuinte.

NOTA FISCAL	VALOR	DÉBITO ICMS - 18%	CRÉDITO ICMS - 12%	ICMS DEVIDO	ICMS PAGO	DIFERENÇA A RECOLHER
126.738	R\$ 11.011,00	R\$ 1.981,98	R\$ 1.201,20	R\$ 780,78	R\$ 624,62	R\$ 156,16
126.739	R\$ 9.584,40	R\$ 1.725,19	R\$ 1.095,36	R\$ 629,83	R\$ 503,87	R\$ 125,96
TOTAL	R\$ 20.595,40	R\$ 3.707,17	R\$ 2.296,56	R\$ 1.410,61	R\$ 1.128,49	R\$ 282,12

Na fl. 20, consta consulta realizada no Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT, para fins de quantificar os valores ainda devidos de imposto, multa e acréscimos legais. Na fl. 21 encontra-se a respectiva cópia de Documento de Arrecadação – DAE. Os cálculos constantes na consulta do SIGAT foram efetuados em 15/07/2021 da seguinte forma: 1) na coluna “VALOR DEVIDO” consta a aplicação de multa de 60%, equivalente a R\$846,36 e acréscimos legais de R\$18,48 sobre o total de imposto exigível no lançamento (R\$1.410,61), e 2) na coluna “VALOR A

PAGAR”, fez-se a aplicação de multa reduzida em 90%, equivalente a R\$84,64 e acréscimos legais de R\$18,48 sobre o total de imposto supracitado.

O Notificado efetuou o recolhimento, em **15/07/2021**, da multa devida com o benefício da redução de 90%, ou seja, pagou R\$84,64 e dos acréscimos legais no valor de R\$18,48. **Contudo, não quitou o ICMS que se encontrava em aberto, por ele mesmo reconhecido nas mensagens de e-mail supracitadas, no montante de R\$ 282,12, demonstrado na tabela anterior.**

Cabe registrar que, se o Contribuinte tivesse recolhido o imposto de forma integral em 18/06/2021, ou seja, sem o abatimento indevido de 20% do valor do ICMS, anteriormente comentado, teria direito a uma redução de 90% do valor da multa aplicável, conforme estabelecido no §1º do art. 45 da Lei nº 7014/96, a seguir transcrito, haja vista que o prazo para encerramento da impugnação ocorreria em 30/08/2021:

“(…)

Art. 45. O valor das multas previstas nos incisos II, III e VII e na alínea “a” do inciso V do caput do art. 42 desta Lei, será reduzido de:

“(…)

§ 1º A redução do valor da multa será de 90% (noventa por cento) se, antes do encerramento do prazo para impugnação, o pagamento ocorrer de forma integral. (grifo nosso)

“(…)”

Como realizou o pagamento do imposto com o abatimento supramencionado, entendo cabível a aplicação da redução da multa num percentual de 70%, consoante disposto no inciso I do art. 45 da Lei nº 7014/96, *in verbis*.

“(…)”

Art. 45. O valor das multas previstas nos incisos II, III e VII e na alínea “a” do inciso V do caput do art. 42 desta Lei, será reduzido de:

“(…)”

I - 70% (setenta por cento), se for pago antes do encerramento do prazo para impugnação do auto de infração ou da notificação fiscal;”

“(…)”

Na tabela abaixo está descrito o valor da multa ainda devida pelo Contribuinte.

VALOR DEVIDO	MULTA (60%)	MULTA DEVIDA 70% REDUÇÃO)	MULTA RECOLHIDA (90% REDUÇÃO)	MULTA A RECOLHER
R\$ 1.410,61	R\$ 846,37	R\$ 253,91	R\$ 84,64	R\$ 169,27

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal, com a recomendação que sejam homologados os valores já quitados pelo Impugnante, haja vista que o recolhimento efetivado em 18/06/2021, além de parcial, foi extemporâneo e desprovido da condição de espontaneidade prevista nos termos do § único do art. 138 do CTN.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **206906.0007/21-2**, lavrada contra **J. R. COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA**, devendo ser intimado o Notificado para efetuar o pagamento de ICMS no valor de **R\$1.410,61**, acrescido de multa prevista na alínea “d” do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96 e acréscimos legais, bem como que sejam homologados os valores recolhidos pelo Contribuinte.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 06 de outubro de 2021.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR

